



DIREITO PENAL



Estratégia
OAB

SIMULADO DE REPESCAGEM COM CORREÇÃO EM VÍDEO - DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Vampira, no dia do seu aniversário de 20 anos, descobre que está sendo traída com a sua melhor amiga até então. Flagrou Bruno aos beijos com ela e atirou na mão de Bianca, no dia 24 de janeiro de 2016, após discussão pelo mesmo rapaz. Foi contida por populares que ouviram os gritos da vítima. Inês, vizinha dos fatos, telefonou para 190 e a Polícia Militar respondeu prontamente. A vítima foi levada ao Hospital Municipal da cidade de Flores, com ferimentos graves, porém, sem risco de morte. O médico que atendeu a vítima encaminhou o boletim médico para a autoridade policial após requisição. O Delegado instaurou inquérito policial por tentativa de homicídio e requisitou as perícias necessárias para aferição da materialidade do delito e da potencialidade do armamento. A perícia constatou a existência de lesão corporal de natureza grave. A vítima, em sua oitiva, apontou Vampira como a autora dos disparos, porém, a suspeita não foi ouvida na fase policial por estar em local incerto e não sabido, já que não houve a prisão em flagrante na data dos disparos. Concluído o procedimento, após relatório final do delegado, os autos foram encaminhados ao Ministério Público. Por falta de zelo e organização do estagiário do Ministério Público, os autos de inquérito ficaram esquecidos. Dez anos depois, o inquérito foi localizado em uma pasta no computador da promotoria e a denúncia pode ser oferecida perante o Juízo da 2ª Vara do Júri da Comarca de Flores - Campo Belo. Foi imputando para Vampira na denúncia a prática do crime de tentativa de homicídio simples. A denúncia foi recebida em 25 de julho de 2026 e a ré foi citada por edital, por força da ausência de sua oitiva na fase policial e pela distância temporal entre os fatos e o novo processo recém-instaurado. Esgotado o prazo do edital sem a presença da ré ou de advogado contratado, o juiz decretou a sua revelia, oficiando a defensoria pública para apresentar resposta à acusação e atuar na defesa de Vampira. Após o encerramento da instrução e da apresentação de memoriais, o magistrado, mesmo em dúvida sobre a autoria, optou por pronunciar a acusada, nos termos da denúncia, na fase do art. 413 do CPP. O Ministério Público, por ausência de interesse recursal, se manteve inerte. Vampira, inconformada com a decisão, procura você em seu escritório para buscar a reforma da decisão publicada, outorgando-lhe procuração "ad judicium". Após regular habilitação, a nova defesa constituída de Vampira recebe novo prazo integral para recorrer e sai intimada do Cartório, no dia 27 de agosto de 2026 (quinta-feira). Considerando apenas as informações expostas, na condição de advogado(a) de Vampira, apresente a peça jurídica cabível, diferente de habeas corpus e embargos de declaração, apresentando todas as teses jurídicas de direito material e direito processual cabíveis. A peça deverá ser datada no último dia do prazo, considerando que de segunda a sexta-feira são dias úteis em todo o país. (Valor: 5,00).

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, localizado na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo-SP, julgou recurso de apelação criminal, conhecendo o recurso, mas negando provimento ao apelo, mantendo o regime inicial fechado para réu primário, de bons antecedentes, condenado a uma pena privativa de liberdade de detenção de 5 anos. A respeito dessa situação, responda:

A) Qual ilegalidade, sobre o regime inicial de cumprimento de pena, foi aventada pela defesa no recurso de apelação? Justifique e fundamente.

B) Qual deverá ser o recurso interposto pela defesa do réu para assegurar a vigência do dispositivo legal ignorado pelo Tribunal de 2º grau? Fundamente.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Gilberto, escrevente técnico-judiciário, lotado no 1º ofício cível da capital do seu Estado, subtraiu uma caixa de clips de papel avaliada em 28 reais. Notando o sumiço do material e associando as pessoas que estavam no local no dia anterior, Manoel, diretor do cartório e Plínio, juiz daquela Vara, pressionaram Gilberto na manhã seguinte e ele acabou confessando a subtração. O magistrado imediatamente lhe dá voz de prisão em flagrante e o rapaz vai direto para a carceragem do Fórum. A respeito da presente situação, responda:

A) Poderá a tese da atipicidade material ser utilizada pela defesa de Gilberto em audiência de custódia? Justifique. (0,60)

B) Qual deverá ser a decisão do Juiz das Garantias, na audiência de custódia, a respeito da prisão de Gilberto? Fundamente e justifique (0,65).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

A empresa Pet Canídeos Ltda, de titularidade de Túlio, fabricava pasta de dentes para cães e gatos com vendas online e patrocínios pagos no Instagram. Eduardo, cliente da loja virtual, após o atraso de 2 dias na entrega de uma compra online, posta comentários agressivos contra a empresa e o seu dono. Afirma que o proprietário da loja é um canalha irresponsável e posta todos os dias a frase, mancando a pessoa jurídica no post: "essa empresa está falida e deveria ser fechada". A péssima publicidade fez com que a empresa deixasse de ter lucro por muitos meses, contraindo dívidas para se manter. O advogado da empresa ajuizou queixa-crime contra Eduardo. No dia seguinte à citação do querelado, o jornal Valor Empresarial divulga que a empresa querelante fechou as portas sem deixar sucessor para dar andamento aos negócios. A respeito dessa situação, responda:

- A) Qual foi o bem jurídico atingido pelo comportamento de ódio de Eduardo? Fundamente. (Valor: 0,65)
- B) Qual é a tese de direito processual penal apta a excluir a punibilidade de Eduardo? Justifique e fundamente. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Pedro foi identificado como integrante de organização criminosa em conversa telefônica, após regular interceptação, nos termos da Lei 9.296/96. Após petição apresentada pelo seu advogado, apresenta proposta de colaboração premiada. A proposta foi aceita acompanhada da confissão de Pedro e indicação de José como líder da organização. Após assinatura e homologação judicial do termo de colaboração e com base apenas nas informações apresentadas pelo colaborador Pedro, o juiz decreta a sua prisão preventiva de José para a garantia da ordem pública. Considerando a situação narrada, na condição de advogado(a) de Pedro, responda aos itens a seguir.

A) Apresente, de forma fundamentada, o prêmio específico que poderá ser escolhido pelo juiz sabendo que Pedro não é o líder da organização criminosa, apresentou elementos de infração penal ainda desconhecidos pelo Estado e foi o primeiro a colaborar com as autoridades. (Valor: 0,65)

B) Aponte a ilegalidade da decretação da prisão preventiva no caso concreto, com a respectiva fundamentação legal. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

